



## INCLUSÃO PARA EMANCIPAÇÃO: O QUE O CURRÍCULO TEM HAVER COM ESSE PROCESSO?

Wellington Alves Silva<sup>1</sup>  
Silvina Faria dos Santos<sup>2</sup>  
Elialdo Rodrigues Oliveira<sup>3</sup>

### RESUMO

Desde as últimas décadas do século XX, no Brasil, vem sendo discutida uma educação de qualidade e por direito para todos, seja o aluno com alguma deficiência ou não. Nesse sentido o presente artigo traz reflexões acerca do currículo e a sua contribuição para a Educação Inclusiva, ou seja, como a organização, curricular pode contribuir efetivamente para a aprendizagem de todos os alunos, inclusive alunos com deficiência, proporcionando sucesso escolar. Nossas fontes de pesquisa foram documentos legais /oficiais que regem a organização curricular, que se efetivam no cotidiano da escola brasileira. Além desses documentos para a fundamentação deste buscamos a contribuição de livros e artigos que auxiliam na compreensão dos fundamentos das teorias curricular ancorado na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). A análise aponta que tradicionalmente, o currículo da educação brasileira na prática tem se organizado de forma distinta quanto aos alunos público alvo da educação especial. De um lado o currículo faz uma seleção daqueles que se enquadram nos padrões de aprendizagem estabelecidos pelo sistema burguês para o mercado de trabalho, isto é, todos aprendem juntos e ao mesmo tempo e de forma eficiente em termos mercadológicos, e de outro os alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem advinda da deficiência e não acompanhava os demais, constituindo-se uma “educação inclusiva” para esse público como se fosse um sistema paralelo de ensino. Nosso entendimento é de que o currículo que se quer inclusivo e para todos tem que ter uma filosofia e uma prática contra hegemônica que mais se aproxime e responda aos anseios do público alvo da educação especial e que advogue a socialização do conhecimento por meio da transmissão do conteúdo científico, artístico e filosófico em suas formas mais desenvolvidas com o intuito de que a partir da apropriação deste, este público também esteja instrumentalizado e tenha condições de organizar outra sociedade, uma sociedade que possibilite o ser humano se tornar culturalmente livre, emancipado.

**Palavras-chave:** Currículo. Emancipação. Público Alvo da Educação Especial

<sup>1</sup>Aluno do programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual de Roraima 2018. Especialista em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

<sup>2</sup>Aluna do Programa de Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual de Roraima 2018. Especialista em Educação Profissional Inclusiva (IFMT). Professora do Instituto Federal de Roraima - IFRR.

<sup>3</sup>Pós-doutor em currículo/PUC/SP. Doutor em Educação: Currículo, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre em Educação reconhecido pela UNESA Professor do programa de Mestrado em Educação na Universidade estadual de Roraima – UERR.





## INTRODUÇÃO

A inclusão escolar das Pessoas com Deficiência<sup>1</sup> (PcD) tem estado em pauta nas discussões no âmbito educacional, neste início de século. Desde a Declaração de Salamanca, em 1994, a orientação internacional é de que as escolas devem estar abertas a todos. Além disso, fazer com que todas as crianças e jovens se sintam parte da mesma, sem nenhum tipo de discriminação.

Nesse contexto, a legislação brasileira e pesquisadores vêm orientando as escolas para tornarem-se inclusivas, no que tange as suas práticas. Autores como MANTOAN e MITLER (2003) abordam a importância da prática inclusiva no âmbito escolar. Um currículo bem estruturado, contextualizado com a realidade na qual está inserido, garante uma melhor ação da escola em busca da qualidade de ensino para todos.

Diante disso, levantou-se a seguinte indagação: Será que as escolas estão concebendo o currículo como um dos elementos centrais para a inclusão? Para responder a esse questionamento fez-se uma análise bibliográfica para entender se o currículo praticado nas escolas vem contribuindo para a inclusão de todos, inclusive de alunos com deficiências, ou se vem se constituindo uma “educação inclusiva” como se fosse uma educação paralela de ensino.

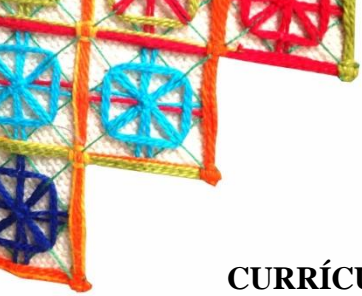
Utilizou-se os fundamentos das teorias curriculares de autores como APPLE e TADEU ancorado na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), que tem como elemento central a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade em sua forma mais desenvolvida.

Ao fazer uma análise crítica nosso entendimento é de que o currículo que se quer inclusivo e para todos tem que ter uma filosofia e uma prática contra hegemônica que mais se aproxime e responda aos anseios do público alvo da educação especial e que advogue a socialização do conhecimento por meio da transmissão do conteúdo científico, artístico e filosófico em suas formas mais desenvolvidas com o intuito de que a partir da apropriação deste este público também esteja instrumentalizado e tenha condições de organizar outra sociedade, uma sociedade que possibilite o ser humano se tornar culturalmente livre, emancipado.

---

<sup>1</sup> Termo utilizado a partir da Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência que entrou em vigor no cenário mundial no dia 13 de maio de 2008, o qual o Brasil passou a ser signatário reconhecendo eficácia em âmbito nacional. Decreto Legislativo nº 186/08.





## CURRÍCULO E INCLUSÃO: UMA PERSPECTIVA LEGAL

As pesquisas ao longo da história desde a Didática magna de Comenius já trazem uma preocupação sobre organização e métodos, a princípio entendia-se que todas as teorias pedagógicas e educacionais também seriam sobre currículo, no entanto elas não falassem estritamente sobre currículo. Tadeu Silva coloca que o termo currículo surge no Estados Unidos para designar um campo especializado de estudos.(TADEU, 2011, p. 21)

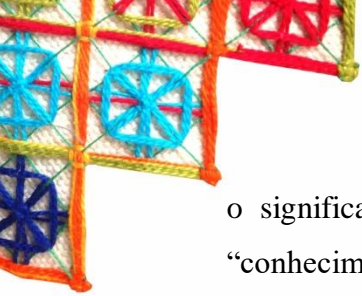
Inicialmente desenvolveu-se duas tendências, com Bobbit, mais conservadora, buscava igualar o sistema educacional ao sistema industrial, utilizando o modelo organizacional e administrativo de Frederick Taylor, o qual afirma que a escola deveria funcionar igualmente uma empresa comercial e industrial, na defesa da ideia de organização curricular totalmente técnica, outra com vertentes consideradas mais progressistas, como a liderada por John Dewey, que se preocupava mais com a democracia que com o funcionamento da economia. (TADEU, 2011, pgs. 22,23)

Segundo Tadeu (2011, p.23), a ideia de Bobbit era de um currículo que tivesse as habilidades definidas as quais pudessem ser desenvolvidas, com planejamentos e instrumentos que medissem se realmente foram aprendidas, ou seja, currículo como igualdade de organização e sistematização mecânica. Em contraste Dewey achava levar em consideração os interesses e as experiências de crianças e jovens. As duas tendências, conservadora e progressista tinham em comum os arranjos educacionais existentes às formas dominantes de conhecimento

Nessas duas vertentes o currículo vem ao longo dos anos contestado, gerando discussões acerca da educação que se tem e de como se pretende transformá-la. Devido à institucionalidade do currículo, definindo-o e caracterizando-o, vem dando ao mesmo o papel de destaque merecido nos diversos processos didáticos de ensinar, aprender e desenvolver.

Diante disso, Apple (2006) corrobora no sentido de pensar que o currículo deve ultrapassar meras informações sobre conteúdos e objetivos a serem cumpridos. Essa forma de controle é transmitida tanto pelas disciplinas e conteúdos, como por comportamentos do dia-a-dia, valores, regras e ações rotineiras. As escolas não apenas controlam as pessoas, elas também ajudam a controlar





o significado. Pelo fato de preservarem e distribuírem o que se percebem como “conhecimento legítimo” – o conhecimento que “todos devemos ter” (APPLE, 2006, p. 103)

Com essa afirmação pode se conceber que o currículo está diretamente ligado ao controle social, desta forma o currículo não é algo neutro e sem intenções, mas um instrumento de controle da sociedade e confirmação das hierarquias sociais. A escola, portanto, é um desses lugares de ensino de valores culturais e econômicos compartilhados por todos para garantir um controle e uniformidade de classes.

Segundo Moreira e Candau (2008, p. 18), entende-se, aqui, por currículo escolar as experiências vivenciadas no âmbito da escola que “[...] se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes”.

No Brasil os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) servem de base para elaboração dos currículos na escola, respeitando a diversidade cultural de todo o país.

O documento ressalta o seguinte, com relação aos conteúdos:

O projeto educacional expresso nos Parâmetros Curriculares Nacionais, demanda uma reflexão sobre a seleção de conteúdos, como também exige uma resignificação, em que a noção de conteúdo escolar, se amplia para além de fatos e conceitos, passando a incluir procedimentos, valores, normas e atitudes. (BRASIL, 2001, Vol. 1, p.73)

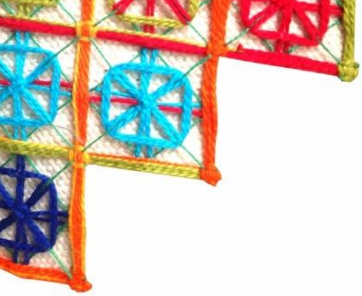
O documento menciona conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, mostrando a importância do resgate dos valores perdidos ao longo dos anos, como a exemplo o amor ao próximo, a valorização da vida, o amor e a responsabilidade essenciais para o desenvolvimento do aluno.

De acordo com os PCN’s: Conteúdos conceituais referem-se à construção ativa das capacidades intelectuais para operar com símbolos, idéias, imagens e representações que permitem organizar a realidade. ” (BRASIL, 2001, p. 51).

Já os conteúdos procedimentais, o PCN’s colocam o seguinte: “Os procedimentos expressam um saber fazer, que envolve tomar decisões e realizar uma série de ações, de forma ordenada e não aleatória, para atingir uma meta.”

Com relação aos conteúdos atitudinais, destacamos alguns pontos encontrados no PCN’s:





[...] permeiam todo o conhecimento escolar. A escola é um contexto socializador, gerador de atitudes relativas ao conhecimento, ao professor, aos colegas, às disciplinas, às tarefas e à sociedade.

[...] é imprescindível adotar uma posição crítica em relação aos valores que a escola transmite explícita e implicitamente mediante atitudes cotidianas.

Ensinar e aprender atitudes requer um posicionamento claro e consciente sobre o que e como se ensina na escola. (BRASIL, 2001, Vol. 1 p. 52).

Percebe-se claramente que os conteúdos atitudinais são valores que devem ser transmitidos em casa, pela família, no entanto o professor tem que agir com discernimento pois acaba sendo ele o único a trabalhar estes assuntos, como afirma os PCN's:

Embora esteja sempre presente nos conteúdos específicos que são ensinados, os conteúdos atitudinais não têm sido formalmente reconhecidos como tal. A análise dos conteúdos, à luz dessa dimensão, exige uma tomada de decisão consciente e eticamente comprometida, interferindo diretamente no esclarecimento do papel da escola na formação do cidadão. Ao focar os conteúdos escolares sob essa dimensão, questões de convívio social assumem um outro status no rol dos conteúdos a serem abordados. (BRASIL, 2001, Vol. 1 p. 53).

Nesse sentido Moreira e Candau (2008) enfatizam que: [...] o que nos levam a repensar a forma que lidamos com nossos alunos, sobretudo os que possuem necessidades educacionais especiais, que muitas vezes são discriminados por serem considerados incapazes.

Dentro dessa perspectiva, os conteúdos escolhidos no processo de elaboração do currículo, é de suma importância, tendo em vista que se consistir de forma crítica e criativa contribui para tornar os conhecimentos escolares mais democráticos, consequentemente motivadores de práticas inclusivas.

Esses esclarecimentos mostram a importância do currículo em proporcionar as pessoas discernimento no papel que devem assumir na modificação de seus contextos confinantes e na sociedade em geral.

## **O CURRÍCULO NA DEFESA DA UNIVERSALIDADE DOS CONTEÚDOS ESCOLARES**

Para o entendimento e concepção do papel dos alunos com necessidades educacionais especiais apontamos a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) de Dermeval Saviani enquanto teoria pedagógica que trabalha na perspectiva da emancipação humana e na luta em defesa da classe trabalhadora e que tem como elemento central a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade em sua forma mais desenvolvida.





Com relação a tradução da expressão pedagogia histórico-crítica Saviani 2005 explica o seguinte: “[...] a concepção pressuposta na visão da pedagogia histórico-crítica é o materialismo histórico, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimentos material, da determinação das condições materiais da existência humana.”(SAVIANI, 2005, p. 88)

Na sequência apresenta os fundamentos expressos no Currículo de autores críticos como SAVIANI; DUARTE; MALACHEN; TADEU e APPLE.

De acordo com Saviani (2005) no livro Pedagogia Histórico-crítica primeira aproximações o autor defende que a escola existe para propiciar o saber elaborado, ou seja, a ciência e que: “As atividades da escola básica deve se organizar a partir dessa questão.”. “[...] a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola” ” e esse deve conter elementos primordiais e essenciais como a “linguagem dos números, a linguagem da natureza e linguagem da sociedade”, por fim oferecer conteúdos fundamentais como “ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia humanas) ” que impulsionam o desenvolvimento humano (SAVIANI, 2005, p. 15 -16).

Duarte (2016) complementa dizendo que a educação escolar é um processo dialético de reprodução do humano nos indivíduos e que a prática social objetiva ser apropriada por todas as pessoas. Assim entende-se que os conteúdos curriculares como ciências, história, geografia, artes, educação física, língua portuguesa e matemática transformam a visão de mundo dos alunos e ampliam suas possibilidades de posicionamento livre e consciente perante a realidade social, ou seja, as concepções de mundo veiculadas por esses conhecimentos.

Para os alunos com necessidades educacionais especiais os professores enfrentam dificuldades não só em transmitir para esses alunos as disciplinas específicas em suas áreas de formação, mas falta também o próprio conhecimento “para lidar com a língua brasileira de sinais (libras) e com a presença de intérpretes em suas aulas” (SILVEIRA e SOUZA, 2011, p. 38).

Autores como Orso e Malanchen (2016) complementam: o currículo como um “documento que direciona o trabalho político pedagógico, e que se configura a partir de uma compreensão de sociedade e almeja formar intencionalmente indivíduos numa determinada direção” e que o mesmo deve ser concebido como um “produto histórico,





resultado de uma luta coletiva, da disputa entre as classes, que envolve questões ideológicas, políticas e pedagógicas. ”

Para Malanchen (2016, p. 166) o currículo escolar “é o saber objetivo organizado e sequenciado de maneira a possibilitar seu ensino e sua aprendizagem ao longo do processo de escolarização” e que esse não é “um agrupamento aleatório de conteúdos”.

Saviani aponta que só uma teoria crítica, com um olhar voltado para a história, poderá desenvolver um projeto de educação com viabilidades emancipadora.

A escola é, pois, compreendida a partir do desenvolvimento histórico da sociedade; assim compreendida, torna-se possível a sua articulação com a superação da sociedade vigente em direção a uma sociedade sem classes, a uma sociedade socialista. É dessa forma que se articula a concepção Política Socialista com a concepção pedagógica Histórico-Crítica, ambas fundadas no mesmo conceito geral de realidade, que envolve a compreensão da realidade humana como sendo constituída pelos próprios homens, a partir do processo de trabalho, quer dizer, da produção das condições materiais ao longo do tempo (SAVIANI, 1995, p. 119-120).

Nesse entendimento é um grande desafio defender a educação com proposta da emancipação humana, é necessário reflexões e ações, como a sobre uma teoria pedagógica que defenda os interesses da classe trabalhadora e que suscite a luta pela transformação social. (MÉSZÁROS, 2008, p.48),

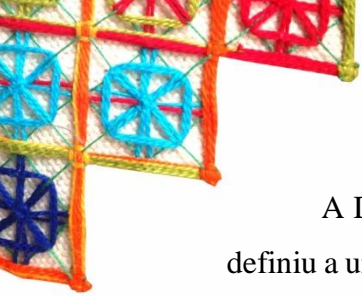
## **O CURRÍCULO HUMANIZADO PARA A INCLUSÃO DO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

O currículo humanizado pode contribuir para o processo de inclusão e consequentemente a emancipação do público alvo da Educação Especial, considerando o currículo como um dos elementos centrais para a escola que se propõem inclusiva

O advento da inclusão social trouxe para o contexto educacional uma nova concepção de educação, devendo considerar o respeito às diferenças e acesso de todos a escola independente de sua condição física, mental e sensorial. “Educação para TODOS”, (UNESCO, 1990).

Esse contexto está ligado aos fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que interferem o modo de viver e de aprender dos educandos, exigindo dos professores uma formação continuada.





A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), considerada o marco da inclusão, definiu a universalização do acesso à educação de qualidade e a garantia da aprendizagem efetiva aos grupos historicamente excluídos como os pobres, as minorias étnicas, as mulheres e as pessoas com necessidades educacionais especiais, instituindo a escola como um espaço de convivência entre as diferenças e de lutas por um ideal de igualdade de oportunidades.

A partir daí surgiram várias mudanças no ensino, nos currículos escolares, nas leis para acessibilidade e principalmente a criação de um novo modelo educativo: A Educação Inclusiva. Este novo modo de educar propõe questionamentos, talvez impossível para alguns, difícil para outros, porém mais democrático e criativo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 no art. 59, afirma que: [...] os sistemas de ensino assegurarão a tais educandos, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades [...]; [...] a igualdade de oportunidades educacionais constitui um direito a todos, fundamentada em dois eixos: educação e trabalho. (BRASIL, 1996).

Mittler a este respeito afirma que:

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsáveis às necessidades de todas as crianças, diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”. (MITTLER, 2003, p.16).

No entanto, para que a inclusão realmente aconteça a sociedade deve entender que deve ser modificada e não o contrário, conforme garante os Parâmetros Curriculares Nacionais. (BRASIL, 2005, p.10).

Em 2006, vários países se reuniram em Nova Iorque e participaram da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Por meio do Decreto nº 6949/2009, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, determina que o documento seja cumprido na íntegra em todo o território nacional.

Aqui cabe ressaltar parte do Artigo 24 da Convenção, que trata da questão da educação:

2. Em realizando esse direito, Estados Parte assegurarão: a) Que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema geral de educação em razão de sua deficiência, e que crianças com







deficiência não sejam excluídas de educação primária e secundária gratuita e compulsória em razão de sua deficiência; Que as pessoas com deficiência tenham acesso à educação inclusiva, de qualidade e gratuita, primária e secundária, em iguais bases com os outros, na comunidade onde vive; Adaptações adequadas para as suas necessidades individuais requeridas. (...) (Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, 2006, p. 35)

Na perspectiva inclusiva, as escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais). (MANTOAN, 2003, p. 16)

Nesse contexto passa-se a viver um momento de ampliação da presença de alunos com necessidades educacionais especiais nos diferentes espaços escolares. Daí em diante, o paradigma da inclusão vem ao longo dos anos se consolidando, buscando instituir nos ambientes educacionais ações que garantam o acesso e permanência destes alunos no ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) a Educação Especial passa a ser o parâmetro para as ações inclusivas no país De acordo com essa política a Educação Especial é uma modalidade de ensino que deve estar contemplada obrigatoriamente no Projeto Pedagógico da escola inclusiva, tornando-a acessível para seu público alvo: alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, ofertando ainda o Atendimento Educacional Especializado (AEE)<sup>2</sup>.

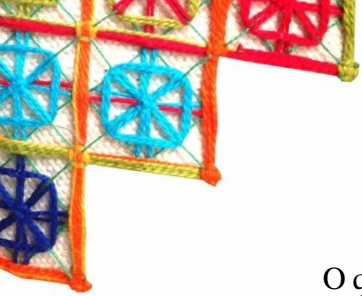
O Projeto Político Pedagógico de uma escola é o instrumento teoricamente metodológico, definidor das relações da escola com a comunidade a quem vai atender, explicita o que se vai fazer, para quem e como se vai fazer.

Art. 17. Em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino. (Resolução CNE/CEB Nº2, 2001). *grifo meu*

---

<sup>2</sup> O Atendimento Educacional Especializado (AEE), definido pelo Decreto 6.571/2008 tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (SEESP/MEC, 2008).





O que se percebe é que todos os documentos legais que tratam da inclusão de PcD conversam entre si no sentido de dizer que não há inclusão sem flexibilização, adaptação de currículo na oferta do AEE, da adequação dos espaços e materiais didáticos dentre outros no entanto, os autores também coadunam em dizer que incluir é acolher e aceitar as diferenças humanas, tornar a escola humanizada, entendendo então que a escola é o setor principal da sociedade que se deve iniciar a prática inclusiva, para que todos possam ter acesso à ela. Pode-se afirmar então que o respeito a diversidade vai desde a aceitação das diferenças do outro até a promoção de acessibilidade ao conhecimento, ofertando um currículo que atenda à necessidade do aluno, de TODOS conforme apregoa a Declaração mundial de educação para todos. (UNESCO, 1990)

O que se tem visto até aqui é que pensar numa educação inclusiva, nos fazeres pedagógicos envolvem não apenas adaptar o currículo no que discerne o conteúdo, mas em tornar os espaços escolares culturalmente acessíveis, isento de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, para de fato ser visto como um espaço educativo inclusivo, sem os entraves ocultos, pressupõe repensar o currículo de uma forma humanizada.

## CONSIDERAÇÕES

Embora a Educação Especial ter sido a pouco considerada uma modalidade de ensino e o currículo sendo entendido por muitos teóricos como elemento central da escola também bem recente, atualmente tem se visto muitos questionamentos sobre a correlação entre eles para uma escola inclusiva. Muito já se discutiu sobre currículo para ficarmos reduzidos apenas nas matrizes curriculares pela listagem de conteúdos e como um elemento neutro e técnico. Neste sentido Apple (1994) defende que toda a sociedade marcada por uma distribuição desigual de poder necessita reconhecer abertamente diferenças e desigualdades, pois é a partir do reconhecimento das diferenças que o diálogo do currículo pode prosseguir.

Ao longo do tempo é notório que as vozes da Pessoa com Deficiência (PcD) foram silenciadas e que os currículos nunca foram organizados pensando nelas. Pelo contrário até a LDBEN N° 9394/96 o currículo segregava e excluía. Entende-se que para a educação inclusiva é preciso apreender que a PcD precisa, ter além das necessidades educacionais





suprimidas com a Educação Especial, o respeito as suas diferenças e não a eliminação destas. Por esta razão a escola e seus membros (professores, servidores e família) devem repensar a elaboração de um novo currículo, considerando as necessidades humanas em sua totalidade, e não só na adaptação curricular para aquisição do conhecimento científico.

Para Mantoan a inclusão tem como meta não deixar ninguém fora do sistema escolar e o próprio sistema terá que sofrer transformações para se adaptar às particularidades de todos os alunos. A autora acredita que a inclusão se concilia com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno. (MANTOAN, 1997, p.26)

É muito difícil conceber que repensar um currículo e fazer arranjos para atender a todos, seja uma ação isolada, sem o apoio de uma equipe multidisciplinar ou da equipe técnico-pedagógica da escola, precisamos pensar um currículo que compreenda a educação enquanto possibilidade de superação da sociedade capitalista que possui seus fundamentos em uma teoria contra hegemônica como é o caso da pedagogia histórico crítica. E que para a efetivação de uma proposta pedagógica faz-se necessário além de esforço e boa vontade, muita luta e consciência de classe.

Nosso entendimento é de que o currículo que se quer inclusivo e para todos tem que ter uma filosofia e uma prática contra hegemônica que mais se aproxime e responda aos anseios do público alvo da educação especial e que advogue a socialização do conhecimento por meio da transmissão do conteúdo científico, artístico e filosófico em suas formas mais desenvolvidas com o intuito de que a partir da apropriação deste este público também esteja instrumentalizado e tenha condições de organizar outra sociedade, uma sociedade que possibilite o ser humano se tornar culturalmente livre, emancipado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, M. A política do conhecimento oficial: **faz sentido a idéia de um currículo nacional**. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1994.

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. 3.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2006. 288p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação., **Resolução CNE/CEB N 2**, 2001 Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica – Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>





BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. 3.ed. Vol.1, Brasília: MEC/SEF, 2001.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos Das Pessoas com Deficiência**.: Decreto Legislativo n. 186, de 09 de julho de 2008: Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009, 3ª Ed, ver. E atual. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, 64p.

DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

MOREIRA. CANDAU

MANTOAN, M. T. E. (Org.). (1997). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnom, SENAC.

\_\_\_\_\_, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar, o que é? Por quê? Como Fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

\_\_\_\_\_, **Sobre o especial na e o especial da educação – breves considerações**. In: Ensaios Pedagógicos: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, p. 49-54, 2007.

\_\_\_\_\_. (Organizadora) **O Desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: **Contextos Sociais**. Editora: Artmed, São Paulo, 2003.

MALACHEN, Julia. **Cultura, conhecimento e currículo: contribuições da pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

MOREIRA, A. F. B. e CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e cultura. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S.D., NASCIMENTO, A.R. (Org) **Indagações sobre o**





**currículo.** Currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

ORSO, Paulino José; MALANCHEN, Julia. **Pedagogia Histórico-crítica e a defesa do saber objetivo como centro do currículo escolar.** X SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR. Campinas, SP, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 9.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005 – (coleção educação contemporânea)

\_\_\_\_\_, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. In: SILVA, João Carlos da. Et al(org.) **Pedagogia histórico-crítica, a educação brasileira e os desafios de sua institucionalização.** 1. Ed. Curitiba, PR: CRV, 2014.

SOUSA, S. F. e SILVEIRA, H. E. **Terminologias químicas em Libras: a utilização de sinais na aprendizagem de alunos surdos.** QNEsc, v.33, n.1, 2011.

UNESCO. **Declaração mundial de educação para todos.** Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

TADEU. Tomaz, **Documentos de Identidade; introdução às teorias do currículo.** 3.ed.-3.reimpr- Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

